

## FORMAÇÃO DOCENTE: UM DEBATE SOBRE CURRÍCULO EM EDUCAÇÃO INFANTIL E REFLEXÕES PROFISSIONAIS

Simone Galiani MILAN<sup>1</sup>  
Suélen Cristiane MARCOS<sup>2</sup>  
Gilza Maria Zauhy GARMS<sup>3</sup>

### RESUMO:

Este trabalho pretende provocar reflexões, a partir de concepções docentes, de aspectos preocupantes no currículo utilizado / elaborado pelas instituições de educação infantil. Desde as mudanças ocorridas no âmbito da educação infantil, o currículo tem se tornado motivo de discussões, visto que novas propostas didáticas renovadas sobre o cotidiano das creches e pré-escolas têm levado os profissionais da educação infantil a refletirem sobre suas práticas pedagógicas. É necessário conhecer um pouco mais sobre as concepções dos professores referentes ao currículo, para, então, compreendermos as controvérsias surgidas mediante a aplicação do mesmo na educação infantil. A metodologia desse trabalho baseou-se na abordagem qualitativa, utilizando como instrumento investigativo um questionário, que foi aplicado com três professoras, que trabalham com crianças na faixa etária entre 3 e 5 anos, buscando conhecer o que essas profissionais pensam sobre o currículo aplicado ao universo da educação infantil e suas implicações na prática pedagógica, bem como, suas contribuições no processo de aprendizagem. Por meio dos dados obtidos nesse estudo concluímos que as professoras participantes são favoráveis à existência de um currículo na educação infantil, porém possuem uma grande dificuldade em defini-lo e identificá-lo, o percebem, o desejam como um manual didático que lhes possibilita saber como deve ser sua atuação com os alunos da educação infantil. Todavia, um currículo para a educação infantil não pode se basear na intenção de dizer ao professor o que fazer ou tirar-lhe a autonomia e sim o de especificar a infância e defender o desenvolvimento de todas as potencialidades infantis.

**Palavras-chave:** Formação Docente. Currículo. Educação Infantil. Concepções. Prática Pedagógica.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação- Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho-UNESP Presidente Prudente. [simonegaliani@hotmail.com](mailto:simonegaliani@hotmail.com). Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Mestranda em Educação- Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho-UNESP Presidente Prudente. [ssucris@hotmail.com](mailto:ssucris@hotmail.com). Bolsista CAPES.

<sup>3</sup> Professora Doutora- Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho-UNESP. Presidente Prudente- [gmzauhy@hotmail.com](mailto:gmzauhy@hotmail.com). Docente da Graduação e Pós- Graduação.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil no Brasil passou por muitas transformações, que contribuíram significativamente no processo de educação e cuidado das crianças pequenas, bem como, na busca de seu espaço enquanto etapa indispensável na educação básica.

Trazer a tona reflexões sobre currículo na educação está instalada como tema central nos projetos político-pedagógicos das escolas e nas propostas dos sistemas de ensino, assim como nas pesquisas, na teoria pedagógica e na formação inicial e continuada dos docentes.

O estudo sobre as concepções das professoras a respeito do currículo na educação infantil considerado, nesse trabalho, o eixo central, se justifica se levarmos em conta a história da educação infantil em nosso país que em sua origem foi simplesmente assistencialista.

Durante um longo período de tempo se manteve a concepção de que educar as crianças era de responsabilidade total da família, que deveria ser capaz de oferecer a socialização primária aos seus membros menores, ficando a cargo do governo a educação dos jovens e adultos. Dentro deste contexto histórico as instituições de educação infantil surgem apenas para exercerem a função da família quando essa por motivos sociais, econômicos ou psicológicos se tornasse disfuncional, não sendo capaz de cuidar e proteger a sua prole.

A concepção das instituições de educação infantil como meras substitutas da família, deixa claro o quanto o estado e a sociedade atribuem à família a responsabilidade total de cuidar e educar das crianças, cabendo ao Estado se responsabilizar pela educação dos maiores.

Por muito tempo as creches foram concebidas como um mal necessário, um recurso a recorrer em casos de extrema necessidade, ocupando assim o lugar da “falta da família”. Essa visão pressupõe um posicionamento do Estado que relega à família responsabilidade exclusiva perante o cuidado e socialização da criança. Conseqüentemente, assistimos a uma cisão de atribuições a família cabe o cuidado e a educação dos pequenos; ao Estado a educação escolar dos maiores. (HADDAD, 2002, p. 91.)

Tal concepção encontrou força nas teorias psicológicas que defendem a importância dos cuidados maternos, assim como do estabelecimento de um forte e duradouro vínculo entre a mãe e seu filho, para o desenvolvimento saudável da

criança. Nestas teorias a mãe é enaltecida como a melhor cuidadora por ser a única naturalmente e biologicamente capacitada para esse fim. Como afirma Ferreira e Garms (2011) essa concepção impede o surgimento de uma nova de que essas tarefas de cuidar e educar da criança possam ser desempenhadas eficazmente por outras pessoas e segmentos sociais.

A naturalização do cuidado infantil como uma atribuição exclusiva da família, ou mais precisamente feminina, parece ser ainda um elemento fortemente inibidor de uma concepção de que essa tarefa possa ser compartilhada por outros autores em esferas da sociedade. (FERREIRA; GARMS, 2011 p.71)

Essa concepção equivocada compromete até hoje a qualidade das instituições de educação infantil, como por exemplo, a escolha dos profissionais para nelas atuarem, o baixo nível de formação exigida para eles, esses fatores negativos estão relacionados com a crença de que ser mulher e mãe basta para garantir o bom desempenho dessas profissionais.

Até meados da década de 1970, as creches, escolas maternas, jardins de infância eram entendidos como um modelo educacional e de assistência às crianças brasileiras. A educação infantil, em nosso país, durante muito tempo foi simplesmente voltada para crianças carentes que não tinham com quem ficar enquanto a mãe trabalhava. A educação oferecida nestas instituições se caracterizava pela submissão das crianças e tinha como maior objetivo auxiliar as mães trabalhadoras.

A educação infantil do passado apresentava características que dificultaram o seu desenvolvimento para se chegar à situação atual. Em primeiro lugar, destinava-se às crianças das classes sociais menos favorecidas e se constituía num meio de promover a organização familiar e de dar condições para o trabalho á mãe, contribuindo para uma cultura que via a educação infantil como um direito a mãe trabalhadora e não da criança. (FERREIRA; GARMS, 2011 p.71)

Essa educação assistencialista foi necessária em seu tempo e significou um começo para a educação das crianças pequenas em nosso país. Nesta época, deixava os filhos nas instituições infantis à família que não tinha outra opção, pois os riscos da criança contrair doenças ou morrerem eram altos, devido à má qualidade do serviço prestado pelas mesmas, em decorrência de possuírem instalações precárias e sofrerem escassez de produtos básicos como alimentos e de higiene, e a falta de formação básica das pessoas que ali trabalhavam.

A prova de que as creches e pré-escolas em sua origem eram consideradas apenas como um depósito de criança, se evidencia no fato de os alunos que cursavam pedagogia na época não serem estimulados a conhecer essas instituições, muito menos eram preparados para nelas trabalharem.

Em decorrência deste descaso para as instituições de educação infantil em nosso país, foi necessário avançar em termos de qualidade do serviço prestado nestas instituições educativas, com o passar do tempo o educar, no sentido não apenas de submissão das crianças mais de contribuição para formar o cidadão passou a ser considerado.

Olhávamos para o cotidiano das creches e ali víamos - como ainda hoje podemos ver em muitas delas- que elas funcionavam como depósito de crianças. – ali não há educação!- era a conclusão que extraímos. Como resposta ao desejo de transformar essa triste realidade, passou-se a defender que as creches-e também pré-escolas que atendia as classes populares - precisavam de um projeto educacional. Afinal, se a creche era uma instituição desconhecida no curso de pedagogia, isto seria porque ela não era ainda educacional. A educação parecia ser o elemento redentor dessas instituições. Recorria-se até a história para construir a representação deste novo momento. Considerava-se que, em sua origem, as creches teriam se constituído como local de guarda, de cuidados, médicos-higienistas, de assistência. Só agora é que estariam dando seus primeiros passos para se tornarem educacionais. (KUHLMANN Jr., 1998, p.199).

Apesar do desejo de transformar os ‘depósitos de crianças’ em instituições educativas, foi somente com entrada das mulheres de classe média também no mercado de trabalho, a partir da década de 1960, que as instituições de educação infantil passaram ser vistas como passíveis e apropriadas para educarem as crianças.

Essa mudança de pensamento veio tarde para as famílias mais pobres, o que se traduz numa grande injustiça já que “a vontade de propiciar uma boa educação para seus filhos não é exclusiva das mulheres de classe média e alta” (KUHLMANN Jr, 1998 p.199), certamente as mães, mais pobres, que mais cedo não tiveram outra escolha a não ser deixar seus filhos numa instituição que parecia não ser a mais adequada para auxiliar a cuidar e educar dele enquanto trabalhava ansiavam há muito por uma instituição infantil educativa e de qualidade.

Com o aumento das exigências sociais pelas instituições de educação infantil, ocorreram mudanças significativas relacionadas à infância sendo elas, reflexões sobre propostas de trabalho com crianças pequenas, novas teorias

psicológicas e médicas, mudanças na forma de se entender a infância e o papel da criança na sociedade e a preocupação de como torná-la um indivíduo produtivo por meio da educação, iniciou o processo de reconhecimento e valorização das instituições de educação infantil para complementar a ação da família no cuidar e educar das crianças (Bujes, 2001).

Além da família, a escola e a igreja tiveram, também, importante papel na educação das crianças consolidando:

(...) uma nova forma de encarar a infância, que lhe dava um destaque que antes não tinha; a organização dos espaços destinados especialmente para educar crianças, o surgimento de especialistas que falavam das características da infância e também uma desvalorização de outros modos de educação da criança existentes (p.14, BUJES, 2001).

Assim a educação infantil surge como uma novidade no nosso país e passa a sofrer influência dos ideais iluministas, voltados para a escola primária, que surgiram na segunda metade no século XIX.

De acordo com Bujes, a produção de saberes sobre a infância, portanto, esteve conectada à regulação das condutas dos sujeitos infantis e à instituição de práticas educacionais voltadas para eles. (p.8, 2001).

“Os significados atribuídos à infância são o resultado de um processo de construção social, dependem de um conjunto de possibilidades que se conjugam em determinado momento da história, [...] a idéia de criança natural tem dois desdobramentos que estão ainda hoje muito presentes nas nossas representações do sujeito infantil: o da criança raciocinante – ou sujeito cognitivo – e o da criança inocente” (p. 14, 2001)

Após um período de muitas lutas, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996, no artigo 29, passou a considerar a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Entretanto, em 2009, a faixa etária foi regulamentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução nº 5, 17/12/2009):

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Desta forma, a Educação Infantil começou a ganhar espaço, podendo educar e cuidar das crianças com mais segurança e autonomia, ou seja, tornou-se institucionalizada. Isso foi um importante passo na consideração educativa da escola dos primeiros anos, aspecto muito reivindicado e esperado pelos profissionais que apresentavam experiências novas e interessantes nesse campo de trabalho. (Bassedas, Huguet e Solé, 1999, p.51).

Assim fica claro que dada à história da educação infantil em nosso país é compreensível que os professores ainda mantenham uma concepção de educação infantil enraizada no cuidar, deixando de lado a sua outra função de educar, ou que definam essa dupla função da educação infantil de forma segmentada, como se não pudessem ser unidas, como se para agir de acordo com uma função fosse necessário abrir mão da outra, ou deixá-la para depois.

Sendo assim, trava-se um debate em busca da elaboração e desenvolvimento de projetos pedagógicos que tenham a qualidade necessária para atender à criança pequena, de forma que possam atender às especificidades da infância. A elaboração da proposta pedagógica/curricular é historicamente construída e requer valorizar, nas crianças, a construção da identidade pessoal e de sociabilidade, o que envolve um aprendizado de direitos e deveres. (Oliveira, p.50, 2010).

Mediante essas transformações, a Educação Infantil passou a ser valorizada e necessitada da elevação do nível de formação dos professores, bem como de instrumentos que articulem o trabalho pedagógico, nascendo assim, a idéia de um currículo para sustentar a prática pedagógica no cotidiano das instituições de educação infantil.

## **2. Um currículo: várias controvérsias**

Falar de currículo na educação infantil é uma polêmica que vem de muitos anos. Criar um currículo para sustentar a primeira etapa da educação básica, foi, no passado, e ainda é, atualmente, uma tarefa de grande risco. Segundo Oliveira (2010):

Um grande risco de uma proposta pedagógica para a educação infantil é o de “institucionalizar” a infância, regulá-la em excesso. Outro risco é de torná-la um campo onde reine a espontaneidade, que pode camuflar formas sutis de dominação, tornando menos visíveis os critérios de excelência socialmente valorizados (p.48)



Institucionalizar a infância seria como construir creches e pré-escolas autoritárias e isoladas das famílias e, ainda, deixar de cumprir com o objetivo primordial da educação infantil, de cuidar e educar.

Até pouco tempo, falar de institucionalização ou de criação de currículo para crianças pequenas era motivo de certa confusão, pois lembrava a idéia de conteúdos a serem ensinados, vinculando as etapas posteriores de escolaridade, sendo que o termo trazia a idéia de “transmissão de conhecimento”, e não tanto de desenvolvimento das capacidades. (Bassedas, Huguet e Solé, 1999).

No entanto, a história da criação de um currículo, numa etapa não obrigatória, como a educação infantil, tem gerado um debate, que, segundo Oliveira (2010):

Tem gerado muitas controvérsias entre os professores de creches e pré-escolas e outros educadores e profissionais afins. Além de tal debate incluir diferentes visões de criança, de família, e de funções da creche e da pré-escola, para muitos educadores e especialistas que trabalham na área, a Educação Infantil não deveria envolver-se com a questão de currículo, termo em geral associado à escolarização tal como vivida no ensino fundamental e médio e associado à idéia de disciplinas, de matérias escolares. (p.4).

Mediante essas controvérsias, o sistema de educação, já orientado em exigir uma proposta pedagógica dos outros níveis de ensino, passou, também, a acumular uma série de conhecimentos sobre as formas de organização no cotidiano das instituições de educação infantil. Desta forma, voltamos nossos olhares às propostas trazidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais- DCNEIS, reformuladas em 2009.

Em relação ao currículo, o artigo 3º das DCNEIS consta que:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Além de valorizar o conhecimento como um todo, que seja um currículo que valorize também os eixos norteadores como: a brincadeira e as interações, garantindo, de acordo com o artigo 9º experiências que:

- Promovam o conhecimento de mundo ampliando as experiências sensoriais, expressivas, corporais; as diferentes linguagens, gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

- Acesso a linguagem oral e escrita, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais; confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;
- Ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar; vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais; a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- Música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura; conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais; tradições culturais brasileiras; e acesso à utilização de recursos tecnológicos.

O artigo 9º, ainda em seu parágrafo único, dispõe sobre a proposta curricular na educação infantil que:

Parágrafo único - As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências.

Portanto, a proposta de um currículo para a educação infantil, embora, com diversas controvérsias, existe e está fundamentada nas DCNEIS, de modo que todas as instituições de educação infantil estejam comprometidas em cumprir com os objetivos garantindo que a criança de acordo com o artigo 4º centro do planejamento curricular, considerada sujeito histórico e de direito que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Desta forma, o currículo existente para a educação infantil no país contribui para especificar a infância, orientar o professor sobre a riqueza dos objetivos a serem alcançados por meio do seu trabalho, elucida e enaltece as potencialidades infantis e ao fazer isso cumpre a função de nortear o trabalho educativo dentro das instituições, contribuindo para que se pense, reflita sobre o cotidiano da educação infantil em busca de um trabalho pedagógico diversificado, que direcione estratégias de ensino para esse nível em especial.



Segundo Garms (in Guimarães, 2005, p.193-194),

Consideradas as finalidades da educação infantil- construção da autonomia e da cooperação, o enfrentamento e a solução de problemas, a responsabilidade, a criatividade, a formação do auto-conceito estável e positivo, a comunicação e a expressão em todas as formas- seu objetivo maior- implementar uma educação infantil de qualidade, que reconheça e valorize as diferenças existentes entre as crianças, impõe-se a necessidade de elencar alguns de seus princípios metodológicos:

Tomar a realidade das crianças como ponto de partida para o trabalho, reconhecendo sua diversidade;

Observar as ações infantis e as interações entre as crianças, valorizando suas atividades;

Confiar nas possibilidades que todas as crianças têm de se desenvolver e aprender, promovendo a construção de sua auto-imagem positiva;

Propor atividades com sentido, reais e desafiadoras para as crianças, que sejam, pois, simultaneamente significativas e prazerosas, incentivando sempre a descoberta, a criatividade e a criticidade;

Favorecer a ampliação do processo de construção dos conhecimentos, valorizando o acesso aos conhecimentos do mundo físico e social;

Enfatizar a participação e ajuda mútua, possibilitando a construção da autonomia e da cooperação (Garms apud Kramer, 1999, p-38 e 194)

Mediante uma proposta curricular pedagógica diversificada, como a trazida por Kramer (1999) precisamos, enquanto educadores, repensar quem são nossas crianças, como constroem seus conhecimentos, bem como nossas concepções sobre educação, sobre as nossas ações, metas e propósitos na busca de produção e transmissão do conhecimento às crianças pequenas.

## **2.1 As concepções de currículo presentes nas reflexões docentes**

Com o intuito de conhecermos quais as concepções sobre currículo para a educação infantil foram entrevistadas três professoras, que atuam com crianças pré-escolares, na faixa etária entre 3 e 5 anos, numa escola municipal de uma cidade do interior paulista.

Esse estudo baseou-se numa abordagem de caráter qualitativo, por tratar-se de uma pesquisa na área da educação. De acordo com Marconi e Lakatos (2008), a pesquisa qualitativa visa captar aspectos subjetivos dos sujeitos envolvidos, atingindo motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea, bem como buscar percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação dos dados coletados de forma indutiva.

No caso desse estudo, a pesquisa qualitativa nos permitiu a se aproximar de um caráter exploratório, ou seja, estimular as professoras a pensarem sobre algum tema, objeto ou conceito. Que, conforme exposto, sobre o currículo para a educação infantil.

Como técnica de coleta de dados, selecionamos o questionário. Que segundo Marconi e Lakatos (2008), é caracterizado como um instrumento de coleta de dados, constituído por uma ordem de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. (p.203). Esse, portanto, pautou-se nos questionamentos sobre a formação pessoal das docentes, que acreditamos influenciar e determinar a sua prática e os saberes sobre o currículo para a educação infantil, bem como nas questões sobre o currículo para educação infantil.

O questionário constou de cinco questões abertas, também chamadas livres ou não limitadas, são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões (Marconi e Lakatos, 2008, p.206). Seguem as questões:

- 1- Qual é a sua formação profissional/acadêmica?
- 2- O que você, enquanto professora, entende por currículo?
- 3- Você acha necessário um currículo para trabalhar com educação infantil? Por quê?
- 4- Como você acha que deveria ser esse currículo?
- 5- Você conhece os documentos que fundamentam a proposta curricular para a Educação Infantil? Quais?

Em respeito às normas éticas que protege os seres humanos participantes de uma pesquisa, nomeamos aqui as professoras pelos codinomes, P1, P2 e P3.

Segundo as informações cedidas pelas professoras, no questionário aplicado, inicialmente, a respeito de sua formação, foi nos permitido saber que duas são licenciadas em Pedagogia e uma concluiu o magistério, se licenciou em Letras e

agora cursa Pedagogia a Distância, o que evidencia estarem preparadas para atuarem com crianças.

Ao serem indagadas sobre o que entendem por currículo na educação infantil as professoras responderam que:

*P1- É um material para podermos trabalhar em base de livros, estudos já comprovados.*

*P2- Entendo por currículo um conjunto de ações com o objetivo de auxiliar o trabalho do professor e melhorar seu dia-a-dia em sala de aula.*

*P3- Entendo com um conjunto de metas, ações e conteúdos planejados com o intuito de orientar o trabalho do professor*

Pelo exposto podemos notar que as professoras se sentem mais seguras quando pensam na existência de um currículo, pois acreditam que o mesmo foi bem feito, possui base científica e o definem como um orientador e colaborador da sua prática pedagógica, sendo, portanto, favoráveis ao mesmo.

De acordo com o material desenvolvido pelo Ministério da Educação, Indagações sobre Currículo e Desenvolvimento Humano (1997) “as indagações sobre o currículo presentes nas escolas e na teoria pedagógica mostram um primeiro significado: a consciência de que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. (p.9). Assim considerando, a resposta da P1 contraria essa afirmação, pois a professora deixa claro que o currículo é um material (livros, estudos comprovados).

Já as respostas das P2 e P3, se aproximam mais das palavras trazidas pelo material do MEC (1997, p.9), “são uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas”. Ainda, é possível considerar que os conhecimentos e práticas docentes estão expostos às novas dinâmicas e devem ser reinterpretados em cada contexto histórico.

Nota-se nas respostas das professoras que há um entendimento de que os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade. Portanto, há uma ausência de criticidade sobre o que seria o currículo na educação infantil, de fato ele pode sim contribuir para a melhoria da qualidade educativa das instituições de educação infantil, para a prática do professor, todavia, nenhum material pedagógico, por melhor que tenha sido intencionado, corrigido, avaliado, está livre de erros, é importante que os

professores mantenham sobre eles a capacidade de refletir, de avaliá-los criticamente, de conhecer os seus aspectos positivos e negativos, só assim é possível o professor garantir sua autonomia e contribuir para a melhoria do currículo na educação infantil e de outros recursos pedagógicos que lhe são disponibilizados.

Na seqüência, as professoras foram instigadas a pensar sobre a importância/ necessidade de um currículo para a educação infantil; e obtivemos as seguintes respostas:

*P1- Sim, para não se perder. Para sabermos de onde começar a trabalhar com nossos alunos e dar continuidade a ele.*

*P2- Sim, para servir como eixo norteador no trabalho do professor.*

*P3- Sim. Acho sim, porque a educação infantil é hoje reconhecida por sua importância que é a base da educação e da formação da identidade da criança; sendo assim acredito ser necessário um currículo que garanta essa boa formação.*

Mais uma vez por meio das respostas das professoras notamos a convicção, a esperança de que o currículo lhes ofereça o que fazer na sala de aula e como trabalhar com os alunos. A professora P3 inclusive denega ao currículo a garantia da boa formação das nossas crianças, uma demonstração clara de que as professoras sentem grande insegurança ao atuarem na educação infantil. A formação que tiveram para exercerem a docência parece não ter dado conta de suprir suas dúvidas de ordem prática, num anseio de realizarem um bom trabalho temem não fazê-lo sem o apoio de uma diretriz pedagógica.

Ao defenderem como um currículo para educação infantil deveria ser as professoras argumentaram que:

*P1- Que atendesse a realidade realmente dos alunos que estivéssemos atendendo.*

*P2- Fundamentado em ações que visam auxiliar no processo ensino aprendizagem da criança.*

*P3- Fundamentado e pautado em ações que garantam boa formação e desenvolvimento das crianças.*

Uma vez mais, as professoras deixam claro em suas respostas que o currículo deveria se pautar por trazer soluções práticas, formas de agir que garantisse a qualidade da educação das crianças.

De acordo com o material já citado, elaborado pelo MEC (1997),

Um currículo para a formação humana introduz sempre novos conhecimentos, não se limita aos conhecimentos relacionados às vivências do aluno, às realidades regionais, ou com base no assim chamado conhecimento do cotidiano. É importante alertar para a diferença entre um currículo que parte do cotidiano e aí se esgota e um currículo que engloba em si mesmo não apenas a aplicabilidade do conhecimento à realidade cotidiana vivida por cada grupo social, mas entende que conhecimento formal traz outras dimensões ao desenvolvimento humano, além do “uso prático”. (p.21)

Por fim quando interrogadas a respeito de conhecerem os documentos que fundamentam a proposta curricular para a educação infantil e serem estimuladas a apontá-los as professoras responderam:

*P1- Talvez. Os PCN'S.*

*P2- Sim, os Referenciais Curriculares, os PCN'S e a LDB.*

*P3- O que tenho mais acesso é o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil.*

Pelas respostas fica evidenciado que as professoras não têm certeza sobre qual seria o currículo para a educação infantil e citam documentos conhecidos pelos educadores, dada a sua grande importância para a educação, como os PCN'S e a LDB, sendo o primeiro um currículo para o ensino fundamental e não para a educação infantil; já a LDB é a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional que regulamenta os princípios constitucionais relativos à educação. As professoras parecem definir que o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil é o currículo oficial existente para esse nível de ensino e, portanto, desconhecem que o caráter do material é apenas o de subsidiar a prática pedagógica e não citam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, este sim é um documento mandatário com diretrizes que definem o que deve conter um currículo para esta faixa etária.

### **3. CONCLUSÃO**

Por meio dos dados obtidos nesta pesquisa concluímos que as professoras questionadas são favoráveis à existência de um currículo na educação infantil, porém possuem uma grande dificuldade de defini-lo e identificá-lo, o percebem, o

desejam como um manual didático que lhes possibilita saber como deve ser sua atuação com os alunos da educação infantil, como formar as crianças, um anseio sem dúvida baseado no comprometimento em desempenhar bem o seu papel e de formar com qualidade, todavia, o currículo para a educação infantil não pode ter como objetivo central a intenção de dizer ao professor o que fazer, tirar-lhe a autonomia e sim o de especificar a infância e defender o desenvolvimento de todas as potencialidades infantis.

Assim, urge que se ampliem às discussões sobre o currículo na educação infantil, nos cursos de formação dos professores de maneira a provocar a reflexão do que ele realmente é e representa para a prática pedagógica docente.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSEDAS, E. HUGUET, T. SOLÉ, I. **Aprender e Ensinar na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola infantil: pra que te quero? In: CRAIDY, Carmem, KAERCHER, Gládis. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394 promulgada em 20 de dezembro de 1996. São Paulo. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).

BRASIL, Resolução CEB n.º 5 de 17 de Dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).

BRASIL, **Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano** / Elvira Souza Lima; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FERREIRA, L. A.M; GARMS, G.M.Z. **Educação infantil e a família- perspectiva jurídica desta relação na garantia do direito à educação**: Porto Alegre: IBDFAM: Letras & Vida, p.71-86, 2011.



GARMS, G.M.Z. Trabalho Diversificado no Cotidiano da Educação Infantil: algumas reflexões teóricas necessárias à sua aplicação. **In: Perspectivas para Educação Infantil**. Org. Célia Maria Guimarães. Araraquara: 1ª Ed., Junqueira&Marin, 2005.

HADDAD, Lenira. **Um novo paradigma de integração do cuidar e educar**. In: Revista Pátio Educação Infantil. Ano1, nº1, p.16-19, abril/julho, 2003.

HADDAD, Lenira. Substituir ou compartilhar? O papel das instituições de educação infantil no contexto da sociedade contemporânea. **In: Encontros e Desencontros em Educação Infantil**, São Paulo: Cortez, 2002. p.117- 132.

KRAMER. S. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. Campinas: Ática, 1999.

KUHLMANN, M. Jr. **Infância e educação uma abordagem histórica**.3 ed. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 210.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. **O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes**. Artigo de Consulta Pública, Agosto, 2010.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2010.